

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO (ACSP)

Associação civil patronal fundada na cidade de São Paulo em 7 de dezembro de 1894 por comerciantes, fazendeiros e industriais representantes da elite econômica paulista.

PRIMEIRA REPÚBLICA

A ACSP deu continuidade à atuação desenvolvida pela Associação Comercial e Agrícola, fundada em 1884 por comerciantes e agricultores tendo à frente o conselheiro Antônio Prado. Essa primeira organização teve vida curta e encerrou suas atividades poucos anos após sua criação.

Em 1894 o empresariado paulista voltou a se articular, resultando dessa movimentação a fundação da ACSP no mês de dezembro, com sede na rua da Quitanda, número 10. A primeira diretoria da entidade, que reuniu cerca de trezentos associados, foi constituída pelo coronel Antônio Proost Rodovalho (presidente), Antônio de Lacerda Franco (vice-presidente), José Duarte Rodrigues (primeiro-secretário), Alexandre Siciliano (segundo-secretário) e J. Paulino Nogueira (tesoureiro).

Logo no início, a ACSP solicitou ao governo federal a instalação de uma alfândega seca em São Paulo, destinada à liberação de documentos – uma antiga aspiração dos homens de comércio. Pouco depois, em 1895, foi inaugurada a alfândega. No mesmo ano, a entidade solicitou ao ministro Rodrigues Alves a criação de uma agência do Banco da República com o objetivo de facilitar a substituição de notas emitidas pelo Banco da União durante o Encilhamento.

Em 1896, o conde Prates assumiu a direção da entidade, no lugar de Proost Rodovalho. O novo presidente encaminhou uma representação ao governo protestando contra o projeto de pagamento em ouro dos direitos aduaneiros. O final de seu mandato coincidiu com o início de uma grave crise econômica, marcada pela superprodução cafeeira e pela política deflacionista adotada pelo governo de Campos Sales (1898-1902). A terceira diretoria da ACSP, assumida por Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos, teve como missão principal recuperar as finanças da instituição e ajudar os empresários em dificuldades.

Com a recessão atingindo São Paulo, dezenas de estabelecimentos faliram, e o número de associados da ACSP sofreu sensível redução. Em 1899, por medida de economia, a diretoria decidiu transferir a sede para a rua do Comércio, número 12, sublocando-se o andar térreo. Ainda sob a gestão de Vasconcelos, a entidade enviou uma representação ao Congresso Nacional manifestando-se contra a emenda Serzedelo Correa, que pretendia estabelecer as vendas públicas de café e facultar às Companhias Docas a cobrança de taxas pelas vendas e a emissão de *warrants*. A associação também se manifestou contra a obrigatoriedade de os comerciantes com capital superior a dois contos de réis terem seus livros selados e rubricados de acordo com o Código Comercial vigente. Na mesma época, no âmbito da cidade de São Paulo, a entidade manifestou-se contra a taxa de dois a sete contos de réis, destinada aos serviços de limpeza pública, por entender que sua cobrança agravaria os problemas então enfrentados pela capital paulista. Em 1901, Francisco Nicolau Baruel foi eleito para presidir a entidade.

As dificuldades que a instituição enfrentou praticamente desde sua fundação foram

agravadas em maio de 1906 pela greve dos empregados da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que envolveu 3.800 trabalhadores. Além de causar sérios transtornos à atividade comercial no estado, o movimento grevista detonou uma profunda crise no interior da ACSP. Então presidida por Augusto da Silva Teles, a entidade foi desde o início contrária à greve, considerando-a a “primeira refrega de uma agitação extremamente perigosa”. Solicitada por comerciantes de Jundiaí — uma das cidades afetadas pela paralisação da Paulista — a servir de mediadora entre patrões e empregados, a associação instruiu seus representantes a proporem aos trabalhadores a volta ao trabalho.

Nos últimos dias do movimento, Silva Teles sugeriu que a ACSP enviasse moção de congratulações ao governo estadual e ao conselheiro Antônio Prado, presidente da Companhia Paulista, pelo restabelecimento do tráfego ferroviário. A proposta foi rejeitada por 2/3 dos associados. Os grandes comerciantes de origem italiana, como Nicola Pugliesi e Egídio Pinotti Gamba, influenciaram decisivamente o resultado da votação, pois apenas um deles foi solidário com a presidência. Em seguida, Silva Teles, o vice-presidente Camilo Sampaio e todo o conselho deliberativo pediram demissão de seus cargos, deixando a associação acéfala durante três meses.

A fusão com o Centro de Comércio e Indústria de São Paulo, em 17 de novembro de 1917 — permanecendo a denominação Associação Comercial de São Paulo —, veio tirar a entidade de um longo período de inação. Para exemplificar, em 1914 a ACSP contava com apenas 152 associados no comércio e na indústria paulistas. Por seu lado, o Centro de Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em 10 de fevereiro de 1914 por proprietários de grandes firmas do comércio atacadista, em pouco tempo se havia imposto como uma das principais associações de classe de São Paulo. Na área estritamente comercial, encaminhara com êxito importantes reivindicações ao governo federal, como a equiparação das contas assinadas pelos devedores às notas promissórias e a decretação da moratória. O centro tomou igualmente a iniciativa da criação da Bolsa de Mercadorias na capital paulista, e em 1915 lançou a publicação especializada *Revista de Comércio e Indústria*.

Em 1918, a entidade participou ativamente do socorro às vítimas da devastadora gripe espanhola, que atingiu várias cidades do Brasil, inclusive São Paulo. No mesmo ano, foi inaugurada a primeira linha telefônica entre a ACSP e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ).

Em 1918-1919, Francisco Nicolau Baruel, em novo mandato à frente da ACSP, defendeu a indústria de tecelagem, apoiou a indústria madeireira em sua disputa com o truste que dominava a Estrada de Ferro São Paulo-Rio e contribuiu para a propaganda dos produtos nacionais junto às câmaras de comércio estrangeiras. Durante sua gestão, a entidade procurou a aproximação com os comerciantes das regiões mais afastadas da capital com o objetivo de diminuir os efeitos da carestia sobre a população, aderiu ao projeto de criação de escolas noturnas e levantou fundos para as famílias de marinheiros brasileiros envolvidos nas operações bélicas durante a Primeira Guerra Mundial. A entidade reivindicou também medidas de proteção à agricultura, ao comércio e à indústria.

Em 1919, a ACSP opôs-se ao projeto do governo federal de sobretaxar certos produtos de importação, que terminou sendo suspenso pelo Congresso Nacional. No

mesmo ano, durante o movimento grevista deflagrado no dia 1º de maio, a ACSP teve ativa participação nas negociações entre empresários e trabalhadores. No dia 7 desse mês, promoveu em sua sede uma grande reunião de industriais da capital, convocados para analisar as reclamações dos operários e procurar encaminhar a solução do conflito. Participaram do encontro figuras destacadas das classes produtoras, como Jorge Street e o comendador Rodolfo Crespi, que ocupava o cargo de primeiro tesoureiro da ACSP e cujas fábricas estavam paralisadas pela greve. Street, o principal orador da reunião, afirmou que os empresários aceitavam as principais exigências dos grevistas — jornada de trabalho de oito horas e regulamentação do trabalho de menores e de mulheres nas fábricas —, pontos que a Conferência de Paz de Paris, realizada após o fim da Primeira Guerra Mundial, já prescrevia.

Em abril de 1920, em meio a grave crise no fornecimento de alimentos à capital, a Secretaria de Agricultura do estado solicitou à ACSP que se manifestasse sobre a conveniência do restabelecimento em São Paulo de uma tabela de preços máximos para os gêneros de primeira necessidade, que vigorara anos antes. Pronunciaram-se a respeito Jorge Street, Nicolau Baruel, Francisco Matarazzo e Antônio Carlos de Assunção, e todos foram unânimes em considerar a adoção da tabela inoportuna, dispensável e até mesmo contraproducente.

Na gestão de Horácio Rodrigues, de 1921 a 1922, foi instituído o regime de contas assinadas, representadas hoje pela duplicata. Em 1921, passou a ser publicada a *Revista da Associação de São Paulo*, substituindo a *Revista de Comércio e Indústria*. Em 1922, a ACSP participou, com uma delegação chefiada por Carlos de Paiva Meira, do I Congresso Nacional das Associações Comerciais do Brasil.

A GESTÃO DE MACEDO SOARES

Eleito presidente da ACSP em janeiro de 1923 e reeleito um ano depois, José Carlos de Macedo Soares foi um dos mais destacados dirigentes da história da entidade. Defensor de um constante aperfeiçoamento da organização do empresariado, entendido como fator essencial para o reconhecimento pelo Estado dos interesses das chamadas classes produtoras, desde o início deu grande impulso à ampliação do quadro de associados da ACSP. Em 1924, ano em que foi criado o Departamento de Informações Cadastrais, a instituição já congregava 1.118 filiados, entre industriais e comerciantes.

Uma das mais importantes iniciativas da administração de Macedo Soares foi a reforma dos estatutos da associação. De acordo com Marisa Saens Leme, a reestruturação da ACSP, efetuada em 1924, permitiu maior acomodação dos interesses industriais e comerciais nela representados. Foi adotado o princípio federativo, no qual cada classe se organizava em sua especialidade. Essas classes se subordinavam a uma direção geral, consubstanciada no conselho deliberativo.

Ainda durante a gestão de Macedo Soares eclodiu em São Paulo, em 5 de julho de 1924, um movimento revolucionário liderado pelo general Isidoro Dias Lopes, que interrompeu a vida da cidade por 23 dias. No dia 7, a direção da ACSP lançou uma nota de protesto contra a revolta, na qual conclamava as “classes conservadoras a apoiarem o governo do estado e a confiarem na ação do presidente Carlos de Campos”. Como

presidente da associação, Macedo Soares implantou um serviço de abastecimento durante a rebelião.

A situação se agravou no dia 9, quando o governo estadual e as tropas que o defendiam se retiraram da capital paulista. A ocorrência de ataques e saques em estabelecimentos industriais e comerciais levou o empresariado a temer por uma iminente e completa desorganização da ordem pública. A partir desse momento, a ACSP se aproximou das autoridades municipais e, em comum acordo com o prefeito Firmino Pinto, resolveu entrar em contato com os militares rebeldes que ocupavam São Paulo. Em encontro com o prefeito e os empresários Macedo Soares e Henrique de Sousa Queirós, o general Isidoro comprometeu-se a colaborar com as autoridades municipais no que fosse necessário. No dia 10, por iniciativa da ACSP e da prefeitura, foi constituída a Guarda Municipal para garantir o policiamento da cidade e evitar os ataques à propriedade. Ainda no dia 10, a associação publicou um manifesto assinado por Macedo Soares, aconselhando as classes conservadoras a prestigiar e a facilitar “a ação do governador da cidade [o prefeito] na normalização da vida do município”.

A partir de 11 de julho, São Paulo passou a ser bombardeada pelos canhões do governo federal. Imediatamente se formou uma comissão, da qual fazia parte Macedo Soares, com a finalidade de conseguir a suspensão do bombardeio. Seus esforços não foram bem-sucedidos, pois, no dia 12, o ministro da Guerra, marechal Fernando Setembrino de Carvalho, declarou que o bombardeio não seria sustado. As negociações entre as duas partes, mediadas por Macedo Soares, se prolongaram até 25 de julho, mas sem resultados práticos. No dia 26, a aviação legalista lançou panfletos nos quais pedia à população que abandonasse a capital paulista para que as tropas federais pudessem agir livremente contra os rebeldes. Nesse mesmo dia, Macedo Soares enviou uma carta ao general Eduardo Sôcrates, chefe das forças legalistas, na qual solicitava um armistício de 48 horas para negociações de paz. A proposta foi recusada, e o presidente da ACSP foi acusado de ser porta-voz da vontade dos rebeldes.

Em 27 de julho, informado por Macedo Soares do fracasso das tentativas de negociação, o general Isidoro decidiu abandonar São Paulo. No dia seguinte, a cidade foi retomada pelos legalistas. Com a vida da capital retornando à normalidade, Macedo Soares publicou um boletim em nome da ACSP aconselhando industriais e comerciantes a colocar em funcionamento seus estabelecimentos. No dia 28 de julho, promoveu uma reunião com gerentes e diretores de todos os bancos da cidade, ficando acertado que as casas bancárias reabririam suas portas no dia 1º de agosto.

Em 4 de agosto, Macedo Soares foi chamado a prestar depoimento sobre o movimento revolucionário. Em seguida, permaneceu dois meses detido, sob a acusação de ter sido conivente com os revoltosos. Libertado, partiu para o exílio na Europa. Carlos de Paiva Meira substituiu-o na presidência da ACSP. Em 1927, regressando do exílio, Macedo Soares seria nomeado presidente de honra da ACSP.

Como presidente da entidade, Carlos de Paiva Meira reformulou os estatutos sociais e iniciou a publicação do *Boletim Confidencial*, que depois se transformou no *Diário do Comércio*, destinado a fornecer regulamente informações sobre os títulos protestados nos três tabeliães da cidade, a fim de facilitar as relações de crédito. Durante sua gestão também

debateram-se questões como o estudo do porto de Santos, a renovação do contrato da São Paulo Railway e a instituição do imposto de renda.

A CISÃO ENTRE A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

Desde a fusão com o Centro de Comércio e Indústria em 1917, o comércio importador, segundo Eli Diniz e Warren Dean, fortaleceu suas posições dentro da ACSP, fornecendo a maior parte dos quadros dirigentes da entidade. Consequentemente, as preocupações do comércio passaram a predominar na agenda da associação, deixando em segundo plano os interesses da indústria. O atendimento diferenciado das reivindicações e necessidades dos dois setores não gerou, entretanto, maiores divergências, porque até meados da década de 1920 os industriais tinham consciência de sua inferioridade política perante os comerciantes e, sobretudo, porque comércio e indústria compartilhavam de uma série de interesses comuns, como a redução dos encargos fiscais, a eliminação dos impostos interestaduais ou a expansão e melhoria do sistema de transportes. Os principais elementos de atrito eram nessa época o câmbio e a pauta aduaneira.

Entretanto, a progressiva consolidação dos interesses especificamente industriais começou a gerar problemas dentro da ACSP. A questão alfandegária foi decisiva, já que a luta pelo protecionismo empreendida pela indústria ia contra os interesses do comércio. O agravamento das divergências no interior da associação acompanhou a crise econômica de 1924-1925, que trouxe grandes dificuldades para a indústria. A elevação cambial facilitou a importação de produtos estrangeiros, e a partir de 1926 o mercado brasileiro foi inundado por tecidos importados, sobretudo ingleses. Sentindo-se prejudicados, os fabricantes nacionais fizeram constantes apelos para que o governo aumentasse as tarifas.

Em 1926 foi eleito para a presidência da ACSP Antônio Carlos de Assunção, comerciante do setor de importação e exportação, mas que também tinha interesses industriais. Em sua primeira gestão (1926), foi criada a Liga de Defesa do Comércio e da Indústria, patrocinada pela ACSP, para combater as práticas fraudulentas. Assunção teve ainda de lidar com dificuldades decorrentes de uma crise econômica que atingiu São Paulo como efeito da política deflacionária objetivando estabilizar a moeda. Também em 1926, a sede da entidade foi transferida para a rua José Bonifácio, número 12, passando a dispor então de melhores instalações.

Em 1927, durante a administração de Feliciano Lebre de Melo, foi instalada a Corte de Arbitragem de São Paulo, que se destinava a resolver por meio de arbitragem as questões levantadas entre os comerciantes.

Em janeiro de 1928, duas chapas se apresentaram para concorrer às eleições para a direção da ACSP, marcadas para o final daquele mês. Enquanto os candidatos da situação, liderados por Horácio Rodrigues, eram todos comerciantes, a chapa oposicionista, tendo à frente Jorge Street, era integrada apenas por industriais. Além disso, o alinhamento político-partidário das duas chapas marcava ainda mais o afastamento entre ambas. Os situacionistas eram vinculados ao Partido Democrático (PD), fundado em 1926, enquanto a oposição era ligada ao velho Partido Republicano Paulista (PRP), que controlava o governo estadual desde a Proclamação da República.

As divergências foram temporariamente contornadas com a formação de uma chapa

de conciliação encabeçada por Antônio Carlos de Assunção. Depois de eleito, Assunção concedeu aos membros das duas chapas originais assentos no conselho consultivo da entidade. Em seu discurso inaugural, o novo presidente procurou reconciliar todos os interesses feridos, afirmando: “Comércio e indústria podem e devem, muitas vezes, dar as mãos, unindo e complementando seus esforços.”

Entretanto, as divergências entre comércio e indústria haviam chegado a um ponto insustentável. Assunção não conseguiu evitar a ruptura, e em 3 de junho de 1928 industriais egressos da ACSP, entre os quais Jorge Street, Francisco Matarazzo e Rodolfo Crespi, fundaram o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).

Ainda durante a segunda gestão de Assunção (1928), foram promovidos diversos debates em torno da questão da reforma aduaneira, da modificação da lei de falências e do congestionamento do porto de Santos. Desses debates resultaram propostas importantes para o país, como a criação do Conselho Nacional de Viação e a construção de uma rodovia ligando São Paulo a Santos, que daria origem, mais tarde, à Via Anchieta.

PERÍODO PÓS-1930

Após a Revolução de 1930, a ACSP inicialmente apoiou o novo governo chefiado por Getúlio Vargas. No entanto, assim como diversas instituições paulistas, logo entrou em choque com o governo federal, acusado de “discricionário”. Em fevereiro de 1932, passou a integrar a Frente Única Paulista, que pedia a reconstitucionalização do país, além de lutar pela autonomia de São Paulo. Em julho, apoiou a chamada Revolução Constitucionalista, que foi derrotada militarmente em outubro pelas tropas federais. Após atuar no processo eleitoral e constituinte, de que resultou a Constituição de 1934, a ACSP voltou a envolver-se prioritariamente com questões econômicas.

Durante o Estado Novo, posicionou-se contrariamente ao Decreto 1.402, baixado em 5 de julho de 1939, visando a regular a constituição e o funcionamento das instituições sindicais do Brasil. Também em 1939 teve início a construção – que durou cinco anos – de sua atual sede, na rua Boa Vista, número 51.

Na década de 1940, a entidade conheceu um grande desenvolvimento. Em 1944, contava com cem entidades congêneres filiadas e possuía cerca de dois mil sócios. Entre 1944 e 1945 foi dirigida por Brasília Machado Neto, um de seus mais destacados dirigentes. Em sua administração foi efetuada uma reforma dos estatutos que ampliou o número de diretores, e foi criado o conselho de associações filiadas, destinado a estabelecer maior interação entre as entidades do interior e da capital. Também foi organizada e reconhecida a Federação do Comércio do Estado de São Paulo, órgão sindical patronal de segundo grau. Em 1944, foi lançado em conjunto pela ACSP e pela Federação do Comércio o *Digesto Econômico*, publicação especializada em temas econômicos, e foi organizado o Instituto Gastão Vidigal, órgão de estudo e pesquisa também na área econômica.

Em 1945, a associação participou da I Conferência Nacional das Classes Produtoras (I Conclap), realizada em Teresópolis (RJ) e, em 1949, da II Conclap, em Araxá (MG). Naquele mesmo ano entrou em circulação outra publicação da entidade, o *Diário do Comércio*.

Após um período de relações amistosas entre a ACSP e o governo federal durante o

governo Dutra (1946-1951), estas voltaram a se deteriorar ao longo do segundo governo Vargas (1951-1954), em razão, sobretudo, da aproximação do governo com os sindicatos e da interferência do Estado na economia. Medidas como o aumento de 100% do salário mínimo, concedido em maio de 1954, foram severamente criticadas pela entidade.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e a curta administração de Jânio Quadros (1961), as relações entre a ACSP e o governo foram relativamente tranquilas. No entanto, durante o governo de João Goulart (1961-1964), as relações se tornaram bastante tensas, novamente devido à crítica dos comerciantes à política social do governo e à participação do Estado nas atividades econômicas. Crítica ferrenha do governo Goulart, a ACSP foi uma das promotoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, manifestação pública de oposição ao governo realizada em São Paulo em 19 de março de 1964. Duas semanas depois, o golpe militar que provocou a queda de Goulart foi aplaudido pela entidade.

Embora tenha divergido dos militares em algumas questões econômicas, a ACSP acomodou-se ao novo regime e, em 1969, chegou a ser solicitada pelo presidente Médici para elaborar um estudo apontando sugestões para a solução dos problemas econômicos do Brasil. Nesse trabalho, foi destacada a necessidade de se fortalecer a livre empresa, limitando-se a intervenção do Estado na economia.

Nas décadas seguintes, a ACSP manteve sua forte crítica à intervenção do Estado na área econômica, manifestando suas posições em relação a importantes episódios da vida política brasileira, e tendo inclusive sido presidida por dois políticos de projeção nacional: Paulo Maluf, de 1976 a 1978, e Guilherme Affif Domingos, na década seguinte e também na de 2000. A entidade interveio nos debates em torno da nova Constituição federal promulgada em outubro de 1988, criticando a legislação social nela prevista.

Empenhada na defesa da pequena e média empresa, a ACSP manifestou apoio aos planos Cruzado e Collor, durante os governos de José Sarney (1985-1990) e de Fernando Collor (1990-1992), respectivamente. Em 1993, apoiou a revisão constitucional, que fora prevista pelo texto de 1988. Em 2005, criou o “Impostômetro”, que mede o total de impostos pagos pelos brasileiros e que pode ser acompanhado pela internet e por um painel instalado no centro de São Paulo.

Sérgio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati

FONTES: *Anuário do Comércio* (1969-70); BEIGUELMAN, P. *Companheiros*; DEAN, W. *Industrialization; Digesto Econômico* (3/82 e 9/93); DINIZ, E. *Empresário; Estado de S. Paulo* (22/9/63; 27/11/69 e 19/3/76); *Expresso* (21/7/76); FAUSTO, B. *Trabalho*; GOMES, A. *Regionalismo; Jornal da Tarde* (22/2/67); LEME, M. *Ideologia*; NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO - *Galeria dos Presidentes*. São

Paulo, 2007; *Observador Econ. Fin.* (3/44); *Diário do Comércio*. Uma entidade cidadã.

(<http://www.dcomercio.com.br/especiais/outros/acsp110anos/umaentidade.htm>

acessado em 30/6/2010); *Estado de S. Paulo*, edição de 13/4/2010

(http://economia.estadao.com.br/noticias/not_13469.htm acessado em 5/7/2010);

“Khronobooks”

(<http://knbk.incubadora.fapesp.br/portal/ev/biog/BiogPACSP.doc/view> acessado em

30/6/2010); *O Economista* dezembro de 2005 (

<http://www.coreconsp.org.br/jornal/jornal197.pdf> acessado em 6/7/2010);

SCHMITER, P. *Interest*; SOARES, E. *Instituições*; *Tempo* (26/6/55); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (fev. 2005). Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100007)

[69092005000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000100007)>. Acesso em: 5/7/2010); *Veja* (17/3/76).